



UNEB- Universidade do Estado da Bahia
DEDC- Departamento de Educação

Aline dos Santos Lisbôa de Jesus

Os lugares da criança negra: o racismo estrutural no ambiente escolar

SALVADOR– BA

2023

Aline dos Santos Lisbôa de Jesus

Os lugares da criança negra: o racismo estrutural no ambiente escolar

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Pedagogia da UNEB, como pré-requisito para a obtenção de graduação em Pedagogia.

Orientação: Prof. Dr. Marcos Aurélio dos Santos Souza

SALVADOR -BA

2023

Dedico este trabalho ao meu grande alicerce e espelho, o eterno Quilombo Lisbôa / Vasconcelos, criado e nutrido pelo nosso exemplo de vida, a minha bisa Celina (In Memoriam), meu grande amor.

AGRADECIMENTOS

Essa pesquisa é sobretudo um agradecimento a quem veio antes de mim, para que eu pudesse alçar cada um dos meus vôos acadêmicos.

Agradeço acima de tudo a Deus, que me mostra e vem me mostrando cada um dos caminhos que posso e sou capaz de caminhar, dentro da sua, boa, perfeita e agradável vontade. À minha ancestralidade e, com muito amor e devoção, às águas e ventos que entre si formam esse movimento, que é a minha força para seguir.

Sobre caminhos, surgem pessoas especiais, sem as quais seria impossível chegar até aqui. Ao meu quilombo resistente e inteligente, que carregou da última a primeira geração o poder transformador da educação, fazendo-me, portanto, educadora. Ao meu pai que me auxiliou com pulso firme, sem deixar que eu virasse uma estatística, no contexto das condições injustas estabelecidas pela sociedade brasileira para as famílias negras. À minha mãe que sempre me abençoou com suas orações e calmarias, regando meus passos, e à minha vizinha: colo, abrigo e palavras de acalento.

Na universidade, enfrentei o racismo explícito, a maternidade e a negação do meu lugar. Nesses momentos, tive cinco anjos que me cercaram com amor e tudo mais que eu precisei. Em 2020.1, ainda que eu estivesse hospitalizada, toda produção acadêmica que por mim foi feita no internamento, antes mesmo de conseguir o regime domiciliar, foi entregue através do diálogo com professores e os meus anjos, Gabriela Medeiros, Andressa Oliveira, Liz Paula, Hemille Menezes e Aleide Esquivel. Emicida diz que “quem tem um amigo, tem tudo” e as minhas amigas não deixaram que nada me faltasse, nos melhores e piores momentos.

Vibramos juntas a cada semestre com o crescimento das nossas filhas, as oportunidades de emprego que tivemos e cada lugar que conquistamos, cientes de que juntas chegaremos onde quiséssemos. Da graduação não levo só conhecimento, mas sim boas e queridas amigas, que me deram as mãos e me puxaram para cima novamente, quando a vida querendo me ensinar, me derrubou.

Durante a pandemia, no ensino remoto, conheci o meu querido orientador, Marcos Aurélio Souza. Na docência de Marcos, eu encontrei tudo que eu entendia enquanto

educação e muito do que eu precisava enquanto estudante. Mediar seu conhecimento, com respeito, com escuta e excelência sempre foi o papel que eu idealizei para mim enquanto professora e negra. Quando o vi lecionar, na modalidade remota, lutando pela carga horária, e fazendo a aprendizagem ser real diante de todo o cenário de pandemia, eu me vi também e os caminhos me presentearam com essa sensível e competente orientação.

Um dia Marcos me disse uma frase, que iria guardar para sempre “você enquanto participante dessa luta, não pode se distanciar da pesquisa”, assim, eu passei a entender sobre a relação entre ativismo e pesquisa. Gratidão é pouco para a representatividade, caminho e sensibilidade que o doutor Marcos, meu querido “prôfe”, passou-me. Foi fundamental para as minhas escritas.

RESUMO

Considerando os grandes impactos do racismo estrutural nas desigualdades sociais do Brasil, a seguinte pesquisa busca refletir, o lugar da criança negra na educação, contextualizando raça, racialização e racismo estrutural. Apresenta-se como uma pesquisa bibliográfica, difundida com as minhas experiências cotidianas, enquanto profissional de educação, mulher negra e mãe antirracista. Desenvolve-se pensando na construção social da identidade negra nas escolas e desconstrução de estereótipos negativos através do combate ao racismo pelas famílias, propondo-se a auxiliar no fortalecimento e autoafirmação da identidade positiva de crianças negras. Tem como principal base teórica a discussão acerca do racismo estrutural, as especificidades do discurso racial no Brasil (MUNANGA, 2003) e a prática de uma educação libertadora antirracista (HOOKS, 1995),

Palavras Chaves: racismo estrutural, criança negra, educação antirracista.

ABSTRACT

Considering the significant impacts of structural racism on Brazil's social inequalities, this research aims to reflect on the place of black children in education, contextualizing race, racialization, and structural racism. This study is presented as a bibliographic exploration, informed by my daily experiences as an educational professional, a Black woman, and an advocate against racism. The focus lies on the social construction of Black identity within schools, encompassing strategies for fostering racial literacy and dismantling negative stereotypes by addressing racism within families. The aim is to contribute to the strengthening and affirmation of the positive identity of Black children. Its main theoretical basis is the discussion about structural racism, the specificities of racial discourse in Brazil (MUNANGA, 2003), and the practice of liberating anti-racist education (HOOKS, 1995).

Keywords: structural racism, black child, anti-racist education.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO...	09
2	RAÇA, RACIALIZAÇÃO E RACISMO ESTRUTURAL...	12
3	RACISMO ESTRUTURAL NA EDUCAÇÃO E A CRIANÇA NEGRA...	16
4	INFÂNCIAS NEGRAS E O LETRAMENTO RACIAL...	19
	4.1- A HISTÓRIA DE DONA CELINA	19
	4.2- UM OLHAR PARA A MENINA NEGRA.....	21
	4.3- UM OLHAR PARA O MENINO NEGRO.....	24
5	A ESCRITA, A MENINA E A MULHER.....	27
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	31
	REFERENCIAS.....	32

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objetivo abordar como o racismo estrutural no Brasil atravessa a educação escolar, transformando as escolas, de forma corriqueira, em um local de agressões raciais desde o primeiro contato da criança preta com o espaço. Ao experimentar esse ambiente, essa criança passa a ver os traços da sua negritude, que por vezes são enaltecidos pela comunidade a qual pertence, como estranhos e anormais. O cotidiano revela, que o primeiro contato de pessoas negras com a discriminação racial ocorreu e segue ocorrendo no ambiente escolar.

Como mulher negra, estudante, atuante na educação e mãe, pude viver mais uma experiência que reforça a tese de que o ambiente escolar segue sendo o primeiro local de agressão racial para muitas crianças negras. Além de vivenciar o racismo presente em toda a minha trajetória estudantil, ver na prática como muitas escolas e profissionais de educação olham para os corpos negros nas escolas em que atuei, após a maternidade e no início da vida escolar da minha filha, uma menina negra de três anos, reafirmo que as escolas seguem mergulhadas no racismo estrutural e no seu descompromisso social com o seu combate.

Durante o primeiro semestre do ano de 2023, a minha filha me relatava diversas situações de racismo, vividas em uma escola de rede privada, que diminuíram as suas características antes amadas e naturalizadas pela comunidade familiar. O cabelo, a cor, os traços e até a sua humanidade - pois já foi chamada de macaca-, foram desqualificados em tal ambiente. Como mãe, entrei em contato com a escola por três vezes, para a tentativa de intervenção contundente com a gravidade dos fatos e não obtive nenhum retorno. Ao divulgar os acontecimentos com as mães da turma do Grupo 3 da Ed. Infantil em uma rede social, fui chamada à escola, intimidada por um processo judicial, caso não retirasse o que falei e toda a narração dos acontecimentos, feita pela minha filha. No fim, alegaram em um comunicado afirmando que crianças de apenas três anos não tinham noção de cor/ raça. Por “tais atos”, acusaram-me do crime de calúnia.

Após essa vivência, pude constatar que a maior preocupação de muitas instituições, como essa, é com a manutenção de sua imagem como um ambiente compromissado com a diversidade (que ainda é trabalhada sob o falso véu da

democracia racial), oprimindo estudantes negros, através da convivência com atos discriminatórios e intimidando famílias a recuarem, na luta pelos direitos das suas crianças.

Essa sempre foi uma realidade muito próxima a mim, que desde a mesma faixa etária da minha filha, também enfrentei o racismo escolar, na rede privada. Já nos primeiros anos da educação infantil me recordo das ofensas e discriminações direcionadas ao meu pequeno corpo negro na sala de aula. A sensação era de que eu não deveria estar naquele espaço, e de fato, o pacto da branquitude, que sustenta o lugar de privilégio social através da meritocracia, argumentando a incapacidade das pessoas negras em ocuparem espaços de poder e de crescimento intelectual, como a escola.

Os estereótipos traçados aos corpos negros em nossa sociedade são extremamente danosos, pois além do contexto econômico desfavorável, o racismo mantém a cultura escravocrata em desumanizar, desassistir e matar esses corpos. Tais estereótipos, quando reproduzidos no ambiente escolar, traz consequências não tão diferentes aos educandos e às educandas negras.

A escola se estabelece como uma experiência única para muitas crianças. É lá que se desenvolve o contato social umas com as outras, o rompimento da rotina estabelecida unicamente no ambiente familiar e muitos outros benefícios, que podem ser banidos das crianças negras, quando os profissionais de educação e colegas de classe reproduzem nas escolas esses estereótipos racistas. Esse processo, que pode parecer comum e até uma pauta irrelevante, resulta na exclusão do convívio escolar, no racismo recreativo, na evasão escolar, no desinteresse, depressão, perpetuação da desigualdade socioeconômica entre pretos e brancos e por fim, fomentam o genocídio da juventude negra no Brasil. Se por um lado, a educação tem o poder de transformar vidas e diferentes realidades para melhor, por outro lado a educação também pode se transformar em uma ferramenta de aprofundamento das desigualdades.

Assim, esta pesquisa bibliográfica se propõe a refletir como o racismo estrutural, na perspectiva sustentada por Silvio Almeida (2019) interfere na educação de crianças negras, desenvolvendo-se através dos conceitos de raça, racialização e negritude (MUNANGA, 2003). Expondo também, os danos do processo de colonização no Brasil, cujo estudo é crucial para compreender a organização estrutural da

desigualdade racial, que exclui a população negra. Recortando, desta forma, o olhar dos contextos acima para a infância da criança negra, as interseccionalidades de gênero e os danos sociais causados pelos impactos do racismo, ressalta-se nessa pesquisa a importância das desmistificações desses processos discriminatórios, na construção de uma educação antirracista e da teorização de práticas libertadoras, sugeridas por bell Hooks (1995), que contraponham às ferramentas de aprofundamento do racismo estrutural nos ambientes escolares.

A pesquisa se estabelece como um estudo bibliográfico, investindo em termos e conceitos chaves, como racismo e educação, letramento racial, identidade, mulheres negras, masculinidades negras e racismo científico. Através das referências citadas, foi possível difundir a teoria, com as experiências cotidianas que vivenciei como docente, no ambiente escolar, assim como também no lugar de menina preta, estudante na escola. Além disso, este trabalho também traz vivências com a negritude e reconstrução da identidade negra, por meio do ambiente familiar, correlacionando tais relatos com a educação antirracista e a ideia de negritude

O trabalho, introduzido com os conceitos de raça, racialização e racismo estrutural, constrói as diferentes nuances do racismo no Brasil, abordando as ideologias que fundamentaram a escravização de negros, a inferioridade da raça e marginalização do povo preto no Brasil, através do racismo científico de Nina Rodrigues, para contextualizar assim a estrutura atual da sociedade brasileira e seus impactos para a criança negra. Sabendo que a educação se estabelece nos diferentes espaços da sociedade, resalto como o processo educacional escolar, pode caminhar com o racismo estrutural neste ambiente, estereotipando e negando o espaço das aprendizagens e construções para a criança negra.

2 RAÇA, RACIALIZAÇÃO E RACISMO ESTRUTURAL

O racismo se estabelece através do conceito de raça, que surge para classificar grupos naturalmente contrastados. Na história da ciência, esse termo serve para a classificação de determinados grupos da zoologia e da botânica, com a finalidade de contrastar categorias maiores subdivididas em categorias menores, em seguida subcategorias e assim por diante, conforme os estudos de Kabengele Munanga (2003).

Munanga ainda afirma, que para toda classificação, é necessário utilizar critérios de diferenças e semelhanças, assim, no século XVIII, a cor da pele foi utilizada como critério de divisão em raças e no século seguinte, outros critérios como forma do nariz, lábios, formato do crânio, foram utilizados para aperfeiçoar essa classificação. Entretanto, sabe-se que essa classificação não se limitou apenas às características físicas e sim a utilização destas como forma de hierarquização, estabelecendo uma relação desvinculadas entre o biológico e as qualidades morais, intelectuais e psicológicas, decretando desta forma a raça branca como superior à raça negra.

Isso justificou a colonização e o imperialismo das nações europeias sobre outras sociedades humanas, fenotípicamente, diferentes, sobretudo as pessoas indígenas nas Américas e as negras do continente africano.

Se por um lado ser negro no Brasil, ainda hoje, trata-se de vivenciar as atrocidades cometidas e justificadas pela perspectiva racista da hierarquia das raças, que exclui socialmente o negro; por outro lado a negritude é a autoafirmação política e social de resistência frente a esse sistema que exclui, recusando os estereótipos racistas empregados a nossa comunidade.

A racialização e hierarquização das raças foram procedimentos pseudo-científicos que fundamentaram os absurdos cometidos durante o processo de colonização e da escravização de negros no Brasil. O eurocentrismo admite que não importa o quanto aculturados os povos de outras cores (pretas e amarelas) estivessem, estes jamais seriam semelhantes ao branco colonizador, impondo-os assim o papel subalterno, entendendo que até mesmo o servir à branquitude dentro das condições deploráveis da colonização era uma espécie de "boa ação" europeia para com os negros, já que no pensamento racista, que animalizava os nossos ancestrais africanos, estes não faziam parte da sociedade humana civilizada.

Desta forma, a negritude é o resgate da dignidade humana em ser negro, já que o racismo em sua essência reside na negação da humanidade do negro (Hasenbalg,1983) antes, antes durante e depois dos processos de colonização, que tentou apagar históricas de grandes civilizações africanas, expressando coletividade de uma população massacrada, excluída e sobretudo inferiorizada até os dias de hoje, para enfim de combater tais opressões reestabelecendo identidades negras plurais e ricas, as quais foram deturpadas e uniformizadas pelo racismo estrutural.

Assim, muito além dos traços físicos de determinado grupo, o conceito de raça exprime a ideia de que esse grupo e seus traços culturais, religiosos, linguísticos, etc. são naturalmente inferiores aos “traços brancos”, além disso, a ideia de que características biológicas, são capazes de explicar as diferenças morais, psicológicas e intelectuais entre as raças foi uma teoria que teve muito prestígio no século XIX, chamada racismo científico, difundido no Brasil por figuras como Raimundo Nina Rodrigues e Sílvio Romero.

Raimundo de Nina Rodrigues, um dos principais percussores do racismo científico no Brasil, sobretudo na Bahia, como membro da Escola Tropicalista Baiana, desenvolveu as suas conjecturas racistas, sem nenhum fundamento comprobatório. Ele foi um médico maranhense que elaborou teorias antropológicas pautadas na inferioridade do negro, justificando-as sob o argumento poligenista do “produto da marcha desigual do desenvolvimento filogenético da humanidade nas suas diversas divisões ou sessões” (RODRIGUES, 2010, p. 12).

Muito além da teoria etnocêntrica e poligenista, Nina Rodrigues também acreditava na mestiçagem como um processo de degradação da sociedade em um futuro distante, já que no seu pensamento racista, o mestiço se tratava geneticamente de uma espécie inferior, o que fundamentava os negros serem excluídos, escravizados e animalizados.

Na busca por solucionar o suposto problema, o médico fundamentou através da medicina legal que as diferentes raças deveria ser um fator de responsabilidade penal, caracterizando a raça supostamente inferior, como imatura e violenta, estando assim, mais propícia à criminalidade, entendendo que se as raças variam, o conceito de crime também se torna relativo.

Com efeito, a universalidade e a identidade dessas idéas e sentimentos são desmentidas de um modo formal pelo exame comparativo do critério de

reprovação ou louvor, de criminalidade ou permissão, de punição ou premio, que em uma época dada emprestaram os diversos povos a certos actos, ou que, para um mesmo povo, tiveram no decurso de sua evolução social. (RODRIGUES, 1938, p. 55-56).

As teorias raciológicas, difundidas por Raimundo de Nina Rodrigues, entre outros, originam também o preconceito racial e estrutural, que inferioriza, marginaliza e mata todos os dias jovens negros no Brasil. E seus corpos são ironicamente encaminhados, após mortes violentas pelas mãos da polícia baiana, braço armado do estado, ao IMLRN, Instituto Médico Legal Nina Rodrigues, o mais antigo, entre os cinco institutos que compõem o departamento de polícia técnica.

Ainda que se tenha o contexto histórico vergonhoso da branquitude do Brasil, que pode ser ilustrado nas teorias de Nina Rodrigues, mostrando o nível de brutalidade “incivilizada”, do suposto povo superior e civilizado, esta hierarquia do conceito de raça segue elegendo a esta branquitude, como superior e “normal”, desumanizando a população negra que não se assemelha fisicamente com essa normalidade eurocêntrica, constituindo a base de uma estrutura social.

Desta forma, entendendo o processo estrutural que hierarquiza as raças através dos traços biológicos, entende-se racismo como:

(...) uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam. (ALMEIDA, Silvio, 2019, p.23).

Pode-se então, considerar que o racismo não é um problema negro no Brasil e sim um problema na relação de dominação e supremacia da branquitude para com os negros do Brasil, que mantém os privilégios de um grupo, enquanto nega as mínimas condições de vida a outros. Entretanto há uma importância em salientar a dissimulação desse processo, que se apresenta de forma altamente velada, isto é, camufla-se em ações questionáveis, onde a estrutura é pautada na meritocracia, um conjunto de habilidades intrínsecas a uma pessoa, que despende esforço individual, não estabelecendo nenhuma relação com o contexto histórico (BENTO,2022), arquitetando dessa forma, justificativas incabíveis, se considerado o contexto histórico, para explicara tal realação desigual.

A sociedade, organiza-se em uma hierarquia e naturaliza a alocação de pessoas, segundo os marcadores sociais de gênero, raça, classe e território. Assim, muito além do que se pensa, a relação desigual mantém uma suposta “figura do negro” no

Brasil, através das publicidades que tende invisibilizar o negro (HASENBALG,1983) das portas fechadas no mercado de trabalho (BENTO,2022), mesmo tendo formação suficiente para assumir determinados cargos. Além das faltas de oportunidade para formações adequadas e as incontáveis estratégias do racismo estrutural para manter o privilégio da branquitude e barrar o crescimento e ascensão social de pessoas negras no Brasil.

3 RACISMO NA EDUCAÇÃO E A CRIANÇA NEGRA

Em seu artigo “Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo”, a professora Nilma Lino Gome (2003) discorre que a educação é uma fração dos diferentes modos de vida, dos grupos sociais que a criam de acordo com a sua cultura, para que assim seja reproduzido por todos que ensinam e aprendem, concluindo assim, que existem variadas formas de educação e esta não se desenvolve apenas no ambiente escolar.

Dentro dessa reflexão, é importante levar em conta os processos educativos escolares e não escolares, que também influenciam e são influenciados pela estrutura social. Dessa forma, levamos em consideração que o processo educacional e o racismo estrutural se inter-relacionam num mesmo processo.

Mesmo sabendo que os processos educacionais já ocorriam entre o modo de vida dos povos originários do Brasil, a chegada dos jesuítas durante a colonização, trouxe junto com eles a aculturação desses povos, entendendo isto como educação. Assim, a estrutura eurocêntrica desse marco inicial da educação no país, reproduz na sua formação estes ensinamentos coloniais, estando assim intrinsecamente ligada ao preconceito, se também considerada a primeira lei da educação, de 1837, que proibia escravos e negros africanos de frequentar escolas mesmo que fossem libertos.

Entre pessoas negras, não é incomum escutar narrativas sobre as diferentes formas de agressões e discriminações raciais que lhes acometeram nas escolas privadas. Considerando o racismo estrutural e a perspectiva de educação da professora Nilma Lino, pode-se pensar o racismo como um atravessamento cotidiano na vida escolar das crianças negras, já que, as reproduções de tais ensinamentos não fogem do racismo que estruturou o país. Assim, por vezes, a educação se apresenta intrinsecamente ligada ao racismo.

Na minha atuação, vi e vivi a estrutura escolar racista nos mínimos detalhes. A escola, produz, ensina e lida com a identidade social negativa do negro e de tudo que o constitui. A criança negra periférica, com cerca de 8 a 9 anos, já traz consigo muitos traços do racismo na sua personalidade e expressão. Vi meninos e meninas

pretas, adultizadas pelos profissionais de educação, vivenciando o destrato ao ter atitudes que remetessem à infância. A criança negra ativa na escola, é estereotipada e marginalizada em suas vivências, por isso, também identifiquei muitas dessas crianças também com uma personalidade retraída, com o seu brilho apagado pelo racismo cotidiano que os agredia. Vivenciei comentários internos que achavam absurdos atitudes simples como cantar uma música de pagode, oriundo das periferias de Salvador, assim como também vi a tristeza de mães, que em reuniões escolares ouvem delírios causados pela discriminação de quem é bom ou mal aluno. Atribuindo, geralmente, às crianças negras uma espécie de “maldade natural”. Assim a “deseducação racial” invade as casas e famílias com estereótipos racistas.

Bell Hooks em “Intelectuais Negras” escreveu:

Ainda se estão por fazer estudos psicanalíticos extensos discutindo o destino de crianças negras talentosas criadas em famílias onde o seu brilho mental não era valorizado, mas as transformava em monstros perseguidos e castigados. (HOOKS, 1995)

A criação dessa falsa identidade é uma estratégia para o silenciamento, não só da fala, mas de tudo que expressa a potência da negritude, essa estratégia do racismo, é utilizada desde cedo para tentar designar o lugar dessas crianças na sociedade, inibindo as possibilidades e, desde cedo, controlando a autoestima desses meninos e meninas que tem um grande brilho mental, mas são apagados pelo racismo.

O racismo se apresenta em todas as fases da vida da pessoa negra. No Brasil, a frente da faixa etária, condições sociais, sexualidade, gênero e demais variabilidades, o indivíduo negro, antes de tudo, é negro.

[...] ser negro é estar entre aqueles cuja presença é “vigiada – no sentido de controle social, e ignorada, no sentido da recusa psíquica – e ao mesmo tempo, sobre determinado – projetada psiquicamente, tornada estereotípica e sintomática [...]. (BHABHA, 1998, p. 326-327)

Se no Brasil, a raça está e sempre esteve em sua estrutura social mais abrangente e política, não seria diferente com instâncias íntimas e cotidianas de crianças negras, que desde pequenas são vigiadas por toda a sociedade com o olhar estereotipado e marginalizado, como se a presença daquela criança, fosse uma

ameaça a todos. Já não bastasse as mazelas sociais que abrangem a infância, como o trabalho infantil, faltas de moradias adequadas, analfabetismo, mortalidade infantil, insegurança alimentar e outras, a infância negra sofre com a violência simbólica, numa sociedade que ignora a pauta racial e a necessidade de uma educação antirracista.

Certo dia, em uma reunião escolar de pais e mestres, na escola classe média, em que minha filha estuda, ouvi uma perspectiva incrível das vivências infantis, respeito à infância, afeto e o direito a explorar. Lá, eu ouvi, sobre a escuta dos professores com as crianças, a ponto de os meninos proporem as atividades e vivências, o entendimento da infância como uma fase que requer tempo, atenção e espaço para as descobertas livres, sendo um momento de desenvolvimento impulsionado pela liberdade do ser. foi emocionante para muitas mães ali, mas para mim foi inevitável não comparar com a minha infância.

Uma criança negra e periférica que teve essa liberdade e exploração muito limitada pelo contexto da comunidade, meu pai tinha muito medo de me perder para a criminalidade ou de uma gravidez na adolescência, por isso, tive uma criação pautada na rigidez, pensada na obediência a fim de que eu não desviasse da linha familiar de honestidade e formação acadêmica.

Havia momentos de lazer, mas também esporádicos pelo volume de horas de trabalho do meu pai, que além de funcionário público tocava partido alto nas noites e a minha mãe, enfermeira que atuava nos plantões diurnos e noturnos. Aquela reunião, escancarou para mim o que era a desigualdade social na infância, na idade da minha filha, eu nem sabia o que era parque de areia. Cresci com dificuldades intensas nas habilidades sociais e tantos outros estímulos que na minha realidade faltou e tem faltado por essas desigualdades invisibilizadas.

Montessori (2005, p. 5) afirma que “a inteligência da criança observa amando e não com indiferença, isto é o que lhe permite ver o invisível”. Muitas crianças não viram e não virão “o invisível” citado por Montessori. A sociedade e a educação por vezes oferecem essa indiferença à criança negra, seja nas ausências e impossibilidades aos desenvolvimentos ou nas escolas que em muitas oportunidades invisibilizam o potencial de crianças negras.

4 INFÂNCIAS NEGRAS E O LETRAMENTO RACIAL

Aos 20 anos, o meu maior desespero não foi a maternidade em si, mas o medo de me tornar mais uma “guerreira negra”, como a que sou hoje. Lembro de ter chorado e sentido dor por longos nove meses, idealizando a infância da minha filha, com todas as frustrações da minha infância. Gerar uma menina preta causava aflição em minha alma, pois sempre tive letramento suficiente para entender o quanto amar uma filha negra, nesse contexto, iria me doer.

A criança negra e as perspectivas de infância, as ausências, a solidão me amedrontavam, mas não me paralisaram. Eu nunca lutei com tanta força, desde o primeiro episódio de violência racial sofrido pela minha filha, nunca estudei por tanto tempo e nem escrevi com tanta esperança na transformação social e revolução que não só os educadores, mas também famílias negras munidas de letramento racial podem fazer no contexto social, em nosso país.

O letramento racial é o reconhecimento do funcionamento da sociedade acerca do racismo estrutural e a relação desigual entre negros e brancos. A matriarca da minha família, minha saudosa bisavó Celina, mesmo sem estudos aprofundados sobre a negritude, racismo estrutural ou letramento, por meio das suas vivências, sabia muito bem como a sociedade funcionava e como proteger seus filhos, propagando tais comportamentos de resistência e reexistência como identidade familiar.

4.1 A HISTÓRIA DE DONA CELINA

A minha bisa, foi uma mãe de 7 filhos, viúva, oriunda de uma realidade de pobreza e desigualdade social, que lutou bravamente por cada um dos seus filhos. Mesmo passando por muitas dificuldades para criá-los, vó Celina, preservava os seus filhos, limpos, devidamente arrumados, apegados à fé e estudando, como forma de alcançar a melhoria da realidade, e conseguiu. Eu, que conheci o casarão lindo, decorado com um bom gosto bem familiar, no bairro do Garcia, pude ouvir e vivenciar a história dessa imortal e responsável pela vida dos nossos parentes.

Lembro-me das festas de família e da cultura ancestral, que ainda é viva na nossa família, sobretudo o samba de roda da Bahia, que fazia minha bisavó bater na palma da mão até os seus bem vividos 107 anos.

A tradição do caruru de São Cosme e Damião e os aniversários que enchem a casa de gente, mantinham a ancestralidade familiar viva, mostrou-nos, ainda, o nosso lugar digno nesse chão. Oriundos de negros em diásporas, sabíamos e sabemos da nossa potência, viva através das vivências de Celina, da cultura que ela fazia questão de preservar nos nossos dias e que mesmo desencarnando, prolifera na sua descendência. Ainda que sem saber das tecnologias Africanas, da história de África que não nos foi contada, ela sabia onde a sua família poderia chegar, e lutou para que ninguém tirasse de nós isso. Chegamos e continuamos chegando lá, graças a esse exercício da negritude familiar.

Se existe branquitude, como bem observou Sueli Carneiro (2005), existe também a possibilidade de uma construção familiar voltada para a negritude.

Se historicamente a negritude é, sem dúvida, uma reação racial negra a uma agressão racial branca, não poderíamos entendê-la e cercá-la, sem aproximá-la do racismo do qual é consequência e resultado. (MUNANGA,1988)

Na primeira etapa da vida, a infância, uma pessoa negra inicia a construção da sua identidade. Nesse contexto, a escola também é um local de fundamental importância, para essa construção, mas que por muitas vezes colabora de forma negativa, assim, à família se reserva, muitas vezes, o papel de combater através da negritude, o racismo escolar que, além das atitudes cotidianas, também está presente nos livros didáticos, como observou (ANA CÉLIA,2011) no século 20, as representações sociais do negro nos livros didáticos não trazem familiaridade e sim, reforça a exclusão e afastamento. Se a escola desde cedo, caracteriza o negro como essa figura folclórica, caricata e inúmeras vezes subalterna, com base ainda no contexto da escravidão no Brasil, a família precisa estar munida de literatura negra e histórias que contem sobre dignidade, potência histórica e resistência afro-diaspórica.

4.2 UM OLHAR PARA A MENINA NEGRA

Em 2002, com apenas 3 anos de idade, lembro-me das minhas chegadas dolorosas à escola. A memória é muito viva, da voz da professora da educação infantil a dizer, "Essa menina só vem com esse cabelo sem pentear! Misericórdia!", com o olhar cabisbaixo, eu me sentava em um cantinho da sala, onde para mim nada mais fazia sentido, naquela tarde.

Ser menina negra é viver sendo comparada com tudo o que pode ser, sem poder ser nada, nem tampouco menina. A solidão é de uma crueldade imensa em quase todas as vivências da infância e adolescência, em que a cor se sobrepõe ao gênero e ambos se tornam contraditórios.

Um dos pontos mais fortes da feminilidade negra, das meninas é o silenciamento. O racismo e machismo enquanto opressões interseccionam dores que, quase sempre, não conseguem ser ditas na infância. A significância do corpo feminino negro na sociedade, ainda que criança é o lugar da subalternidade, do ouvir para servir, nunca do falar.

Bell Hooks, em *Intelectuais Negras*, descreve que:

O sexismo e o racismo atuando juntos perpetuam uma iconografia de representação da negra que imprime na consciência cultural coletiva a ideia de que ela está neste planeta principalmente para servir aos outros (HOOKS,1995).

Esses princípios do racismo e sexismo, citados por Hooks, contextualizam a exclusão escolar das meninas negras, já que a escola é o local onde a educação, a aprendizagem e os direitos ao desenvolvimento deveriam estar a serviço de todos. Entendendo a mulher de cor, nesse lugar de servidão, a sociedade não aceita estar a serviço dela, que nas perspectivas racistas deveriam estar sempre servindo. Foge das relações de subalternidade, atender e entregar conhecimento a meninas que são crias de mulheres negras.

Lembro-me veementemente, do ano da minha alfabetização, cujo passei todo o período letivo distante dos convívios sociais de outras crianças, sentada na lateral esquerda da sala, vivenciando a ausência do convívio, das brincadeiras e das

aprendizagens, pelos danos psicológicos que desviavam a minha atenção naquele momento. Não existia a possibilidade daquelas aprendizagens estarem direcionadas a uma menina negra como eu, retinta, com cabelos crespos e dermatites (associadas erroneamente a descuidos para muitos), o retrato do peito que amamenta a sociedade.

O desprezo de alguns profissionais de educação em relação a mulheres negras é imensuravelmente danoso. Acreditam que não há porque “entregar” formação a elas, já que estão supostamente “ensinando” a quem não irá se desenvolver academicamente. Na adolescência, em escolas particulares, lembro-me das respostas com tom sarcástico às minhas raras dúvidas. Nesta fase, eu não me sentia apta a participar das aulas. Da ausência dos direitos ao cansaço, a dispersão e atrasos, qualquer um desses “erros” motivaria uma já esperada retirada da sala de aula, um espaço que se inquietava quando eu estava.

A criança negra, na sociedade, é vista com uma projeção do adulto que se tornará, carregando, assim, todos os estigmas preconceituosos desde cedo. Quando reencontrei uma professora do período escolar, ela perguntou o que eu estava fazendo, na curiosidade de assistir o meu fracasso, projetado quando menina, agora enquanto mulher negra já adulta. Ao responder que estava graduanda do curso de pedagogia na UNEB, a mesma respondeu surpresa, “Você passou lá?”.

Hooks explica:

(...)as suposições racistas e sexistas de que as negras são de algum modo inatamente mais capazes para cuidar dos outros continuam a impregnar o pensamento cultural sobre os papeis da mulher negra(..) (Hooks,1995).

As instituições que por conta do racismo me negaram as aprendizagens corretamente, acreditavam, que pela minha cor e gênero, eu já estava fadada ao insucesso e servidão.

A identidade das nossas meninas se constrói a partir de inúmeras experiências acerca de si, sejam elas negativas ou positivas. Na minha casa, eu reforçava a identidade estética da negra com ênfase nos cabelos e cor de pele, que são os traços do negro mais estigmatizados pela sociedade, contudo, ao cruzar a porta do lar e sentir-se estranha diante do padrão de beleza nos livros didáticos e paradidáticos, nas ilustrações e demais produções, senti diluídos todos os meus

ensinamentos, no desejo de ser branca que a minha filha externava. Tentamos entender o porquê, de sermos excluídas nas brincadeiras, de não participar dos grupinhos e de nossos rostos não serem os das princesas nos livros. É sobre ser negra. “E não existem princesas negras?” Consciente ou inconscientemente, todas já se indagaram sobre as ausências da cor, nesse lugar da imaginação, do afeto e protagonismo, nos contos de fadas.

Em sua dissertação de mestrado, “Nos traços da mulher: A menina negra na literatura infantil negro-brasileira”, Shirlene Almeida dos Santos, reflete sobre a presença da menina negra nos contos infantis, trazendo suas próprias experiências de mulher/menina negra:

Eu indagava mentalmente ao fidalgo/autor: mas, e eu? Por que não me inseriu nas tramas que eu tanto gostava? Confesso que fui buscar tais respostas com minha mãe, ou melhor, lancei sobre ela umas das minhas mirabolantes perguntas: Mãe, não existem princesas negras nesses livros? (SANTOS,2016)

No momento em que a menina negra reconhece essas ausências e indaga da família o que as motiva, é um dos mais decisivos na construção da sua identidade de luta. É quando essa criança já vivenciou as dores causadas por ser preta e precisa desse afago e fortalecimento da sua comunidade. Mas como fica a situação da menina silenciada e que não externa as dores dessas vivências para a sua rede de apoio?

Assim, ressalto a importância de fortalecermos as relações de afeto e diálogo com as nossas crianças. A relação do Brasil com a mulher negra é de ódio, silenciamento, subalternidade e serventia, por isso, é necessário que se desconstrua essas relações nas comunidades familiares reconhecendo que o silenciamento para a criança negra no lar, pode ser mais um instrumento para o racismo, já que esse mecanismo já exerce o seu papel nos outros ambientes.

4.3 UM OLHAR PARA O MENINO NEGRO

No ensino regular, convivi com meninos negros de 3, 6, 9 e 10 anos de idade. Meninos lindos, doces e felizes, sendo adultizados e julgados por qualquer atitude que perpassa a infância em sua essência. São muitos risos disfarçando as dores das ausências. A ausência do cuidado de todos da comunidade escolar, ausência do afeto, do amor, e apesar de tudo isso, nenhuma lágrima.

Ali aprendi que desde sempre a sociedade impõe que o homem negro não pode errar, sorrir, chorar e principalmente ser feliz, a felicidade da masculinidade negra é o maior alvo do racismo. Para a sociedade, o homem preto é a força bruta, são aqueles que devem sofrer e sem lágrimas, lutar bravamente pela vida, sorrindo até morrer.

Os homens, jovens e negros são os que mais morrem hoje no Brasil, mas antes dessa morte ser consumada, a sociedade vai esfaqueando aos poucos esses corpos no dia a dia, desde a infância até a vida adulta. Há quem sobreviva a tanta dor, mas é lamentável ter que escrever que a sociedade vê o menino negro como quem nasce para morrer.

Os estereótipos de marginalização do homem negro, não começam na vida adulta e nem tampouco na adolescência. Sabe-se que a sociedade projeta a vida adulta nas vivências da infância e isso para os negros, tem uma ênfase maior. Ao olhar um menino negro, ainda que criança, ver-se através das lentes do racismo, mesmo que inconscientemente, o corpo negro subalterno, marginalizado e por vezes morto. A autenticidade e movimento do homem negro são altamente estigmatizados como violência, apesar de sabermos que são eles os violentados.

O modelo de educação colonial para o menino negro é um verdadeiro massacre identitário, onde ele será considerado um "bom menino" quando calado e isento de vivenciar a plenitude da infância, caso contrário, há a insatisfação de muitos em tê-lo e vê-lo brilhar como toda criança. As perspectivas racistas entendem esse menino como não pertencente à realidade da educação e de adesão ao conhecimento, responsáveis pelo crescimento acadêmico, o futuro e a prosperidade.

Assim, por vezes os profissionais de educação, influenciados pelas perspectivas racistas não entendem tais perspectivas idealizadas ao corpo negro. Na música “Conversa com uma menina branca” o rapper e ativista Djonga, descreve as dores e os estereótipos racistas reproduzidos pela sociedade para o homem negro.

“(…) Na conversa com uma menina branca
Eu disse que não era sobre ela
Que se fosse individual
Existia uns barracos e não tinha favela
E ela disse que preferia
Debater com uma mina preta
Homens negros são violentos
Quase sempre perdem a cabeça

Ouvir aquilo me machucou
Levantei a voz e senti a malícia
Ouvir aquilo me machucou
Levantei a voz
Ouvir aquilo me machucou
Levantei a voz, senti a malícia
A conversa com a menina branca
Acabou com ela chamando a polícia” (DJONGA,2022)

Nas linhas acima, o rapper demonstra as dificuldades de homens negros na sociedade, como uma luta coletiva. Ser de favela, como citado no trecho, é uma realidade ainda mais agravante para o menino negro e o expõe cotidianamente as violências físicas e psicológicas, cometidas contra a pessoas periféricas, de forma mais latente.

Quando se trata de ser um negro de comunidade, a sociedade o direciona de múltiplas formas a negar as suas origens e cultura, pois mesmo as comunidades sendo um ambiente onde há uma grande riqueza cultural, desenvolvimento e empreendedorismo de subsistência, segue-se o massacre violento, do “estereótipo de pivete”, correlacionando a cor da pele e origem ao estigma de mal caráter.

A autoafirmação do negro periférico, é um ato de resistência, pois é nesse lugar da estética e da cultura de favela que ele é mais fortemente admitido pelo racismo, como violento e perigoso para a sociedade, assim, morrem violentamente, meninos e homens negros de periferia todos os dias, ou pior, todas as horas dos dias, sem direito a voz e a defesa.

Ao dizer que, no fim da conversa, a menina, chamou a polícia, Djonga retrata a realidade das relações de poder e credibilidade que o racismo impõe. Na sociedade brasileira, a veracidade de fatos, tem uma cor, e ela é branca, negando qualquer direito de escuta e defesa aos negros.

Dentro desse processo de inferiorização, esses meninos que brilham, mas tem a sua essência roubada pelas práticas racistas, constroem uma identidade pautada nos estereótipos descritos acima. Dentre todos os locais, onde a educação é constituída para a formação de uma criança, o lar e a escola são os mais importantes. Sendo a escola, por vezes, um lugar de construções negativas, local onde o menino preto sofre com ausências e violências do lar, um lugar que pode ou não subverter e enfrentar tais práticas ao lado dessa criança.

Certa vez, trabalhando na escola, ouvi uma mãe de menino negro esbravejar na secretaria da escola. Aquele já era o segundo dia em que o seu filho estava com o momento de recreação suspenso, apenas por ter cantado uma música de pagode em sala. Eu que já o conhecia, sabia de que se tratava o agravar dos fatos. A autorregulação da criança é um processo que precisa ser direcionado, mas vivenciei atitudes difíceis de meninos e meninas brancas serem relevadas com a concepção de infância.

Por que com aquele menino não havia tais concepções e explicações? Aquela mãe sabia, e por isso estava ali, indignada com a proporção dada ao fato e as falas que presenciou naquela instituição relacionadas ao seu filho. Naquele dia, o menino não ficou sem intervalo, pois era assim que acontecia com a tentativa de puni-lo assiduamente. A sua mãe, uma mulher negra consciente, estava ali, ela entreviu.

Há muitos casos, onde a postura da sociedade e da escola quanto aos pequenos, influenciam na educação também no lar, na postura da família quanto àquela criança, acreditando que a punição excessiva é de fato o caminho certo. Entretanto, é necessário validar as famílias que lutam bravamente com os seus filhos, contra a aniquilação do racismo no ambiente escolar. Nessa situação, o lar é o local de combate na construção da identidade e fortalecimento dos meninos pretos, mostrando-os que as narrativas que o racismo constrói acerca das masculinidades negras não são verdadeiras, nem tampouco as únicas perspectivas possíveis para os nossos meninos.

5 A ESCRITA, A MENINA E A MULHER

A primeira vez que eu ouvi falar de racismo, foi com a minha avó contando um fato ocorrido no bairro: " A polícia confundiu Neguinho!". Neguinho era um vizinho, magro, pequeno e bastante retinto, que estava sempre disponível para "quebrar um galho" na vizinhança. Eu não me lembro exatamente quantos anos eu tinha, mas me marcou. Me marcou, pois, em meio a todo aquele acontecimento, a comunidade culpava "neguinho" por estar sem camisa na rua.

Sem portar drogas, armas e sem fazer nada ilícito, ele era de alguma forma culpado. Ali eu compreendi como a sociedade funcionava para os negros, mesmo sem culpa, sendo culpados, sem direito a voz, sem direito de ir e vir.

A sensação que eu tenho é que eu nasci revoltada. Eu sempre fui insubmissa, não havia nada que me fizesse acreditar que eu e a minha comunidade merecíamos o desgaste do racismo. A insubmissão, sendo criança de periferia, dói, pois não há muito o que fazer.

Eu nasci e fui criada na comunidade do Cosme de Farias, na Baixa do Silva. Sou filha de Antônio e Maria Lúcia, neta de Maria Fátima e bisneta de Celina, que morava no Garcia. A minha infância foi dividida entre esses dois bairros e essas duas Marias, que hoje tornaram-se três, pois alguns anos depois coloquei mais uma Maria no mundo.

Eu venho de uma linhagem familiar com um direcionamento ao combate, através dos estudos, desde muito cedo, estudar, para a minha família que tem origem pobre, era a única forma de driblar as mazelas do racismo. Ninguém tinha um profundo letramento racial, mas ainda muito pequena eu me sentia em um grande quilombo, organizado por mulheres fortes, onde não faltava comida, cultura e alegria.

Foram nessas raízes que eu percebi o que era articulação social e luta. Mulheres negras que lutaram pelos seus filhos, netos e bisnetos, com uma organização de um movimento muito bem articulado. Minha bisá Celina, criou os seus 7 filhos, sendo viúva e sem ter renda fixa nenhuma. Como grande líder desse movimento ela alçou grandes voos, sem perder em nada, a sua essência e origem. Guerreira que era,

bisa Celina nos estruturou para os enfrentamentos sociais, mostrando aos seus herdeiros onde poderiam chegar, apesar das ausências.

Meu coração explodia de alegria quando tinham festas na casa de bisa, eu já me imaginava na autenticidade do ser com orgulho. Era o meu lugar no mundo. Para uma criança de escola particular que em muitos anos foi a única negra da sala, a comunidade familiar era o único lugar em que eu estava completamente me pertencendo com alegria.

Abraços, afeto, sorrisos, comida gostosa cheirando, aquele lar cheio de estímulo e cuidado para seguir, tornava a minha vida mais bonita, dali brotava o orgulho de ser negra, o que outrora era atacado dentro dos muros da escola. A identidade negra no meu ambiente familiar, vem cercada de valores ancestrais, jamais negados e perdidos. Não se chegava na casa de bisa Celina, sem antes de qualquer coisa, encontrá-la no casarão para pedir-lhe a bênção e receber o seu belo sorriso. A nossa mais velha, hoje ancestral, ocupava o seu posto como uma verdadeira candace, das suas mãos poderosas vinham a luz que guiam a o nosso caminhar. Podemos afirmar, assim como escreveu Jurema Wernewck, que os nossos passos vieram de longe. A valorização dessa mulher negra, que vivenciou a pobreza, sendo mãe solo de sete filhos e periférica, é o retorno a nossa verdadeira identidade, desconstruindo a desvalorização da mulhernegra na sociedade.

Enquanto “criança de comunidade”, vivenciei a noção de risco e a luta da minha família para nos proteger. Sabendo, das mazelas sociais e violência dentro das favelas, durante a minha infância não tenho muitas memórias ligadas a infância e a vizinhança, nem tampouco vizinhos amigos. Meu pai, que também foi criado na nossa comunidade, já a conhecia o bastante para enxergar a necessidade de nos manter em casa, o máximo de tempo possível, somente aos 10 ou 11 anos, comecei a ir até o reforço escolar que era próximo a minha casa, sozinha.

Na adolescência, o medo era ainda maior, não só dentro da comunidade, mas também no bairro de classe média onde eu estudava. Lembro-me que eu comparava o tempo todo como as coisas aconteciam para os meninos dos bairros ricos que consumiam drogas, e para os meninos da comunidade que também a consumiam. Meu pai sempre manteve os meus pés no chão, eu não era uma das jovens que teriam vida tranquila ao ter contato com drogas ilícitas. Pois mesmo sem

ter, já era muito marginalizada por ser negra de favela, carregando em si, muitas revoltas comportamentais por conta das exclusões internalizadas, portanto, nunca foi uma possibilidade cair na armadilha sistemática de reproduzir estigmas enraizados pelo racismo estrutural.

Sendo a mais nova de três irmãs, foi através da mais velha, aos 15 anos que ouvi falar dos movimentos negros, como eles são. Lá vi que tudo que me revoltava durante toda a vida, tinha nome, tinham escritas, tinha a articulação.. Foi quando me permiti ver os meus cabelos, olhar o rosto com mais afeto e cuidado, perceber parte das possibilidades que me envolvia na criatividade, na arte, na música, mas ainda distante dos estudos e da intelectualidade.

Eu me construí de orgulho, mas ainda me sentia diferente das colegas que tiravam boas notas e recebiam elogios, parecia que havia mil coisas inerentes a mim enquanto mulher negra, desprovida de um isolamento essencial para a prática dos estudos:

Muitas pensadoras negras que entrevistei falaram que acham difícil sentar-se e escrever durante longos períodos de tempo. Parte dessa dificuldade, se deve a que as pessoas talvez não saibam como ficar à vontade em isolamento com uma atividade solitária (HOOKS,1995, p. 474).

Fui criada em um lar com 5 pessoas, um lar de amor, festa e punição, mas nunca de concentração e silêncio. Das três irmãs fui a única que aprendeu a cozinhar, e desde sempre estive entretida nas atividades domiciliares como se fosse uma função de fato inerente a mim. A minha estrutura familiar e o racismo garantiram a minha perda de autoestima intelectual no período em que eu mais precisava.

Lembro-me que, aos 18 anos, eu já pesquisava as faculdades particulares para cursar pedagogia, na sensação de que jamais passaria em uma faculdade pública. Em 2019, vibrei a aprovação na UNEB e passei a trilhar um caminho de fé na minha capacidade mental e vivência no pesquisar por pesquisar, por querer estudar e saber, mas a ausência do tempo solitário, citada por Hooks sempre foi e é um embate.

No primeiro semestre de pedagogia, descobri a minha gestação, e em 2020 pari Helena. Dentro desse contexto todo, senti que alguns sonhos, assim como esse movimento de ler e escrever, o pensar da luta que eu sempre carreguei, tinha se

esvaído na maternidade caseira, do cuidar. O estereótipo de mulher negra que materna o mundo, também abordado por bell hooks, veio à tona como um gatilho psicológico destrutivo dos meus sonhos.

Eu que entrei na universidade pensando em alçar grandes voos através da educação e cultura, me tornava mãe, e mãe de uma menina negra que teria todos os enfrentamentos que eu tive e precisaria muito de mim. Ao mesmo tempo, como uma forma de combate, eu pensei em tentar não cair nas estatísticas das jovens negras e mães que precisavam estagnar nos estudos. Eu tentei não estagnar também, e consegui:, e a intelectualidade é a minha maior base de enfrentamento social.

Hoje mãe de uma menina de três anos, concretizando o sonho que é e sempre foi a pedagogia, posso afirmar que a educação me salvou e salva a minha filha todos os dias. Através da educação que eu aprendi a resistir não só por mim, mas também pela minha criança negra, como fez a minha família pelas nossas crianças, em uma estrutura familiar que nos fez gigantes.

A educação me letrou para a maternidade antirracista, para subverter falsas narrativas e construir verdadeiras e sólidas identidades dentro do meu lar. Na primeira etapa desta pesquisa, enquanto lia, pesquisava e escrevia, nós fomos atacados por uma instituição de ensino com postura racista e intimidadora, por um momento pensei que não conseguiria retomar as escritas, mas enfim consegui fazer daquela dor, mais uma faceta das minhas lutas que hoje transformo em combate, por meio da pesquisa, da educação e de teorias antirracistas. “Cheguei à teoria porque estava machucada [...] Cheguei à teoria desesperada, querendo compreender-apreender o que estava acontecendo ao redor e dentro de mim...” (HOOKS, p. 83, 2017).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreendendo os fundamentos e a funcionalidade do racismo, como uma estratégia sistemática na manutenção de privilégios no Brasil e o impacto deste para a população negra, pensar no lugar social da criança negra é letrar-se para perceber as vulnerabilidades impostas pelas desigualdades e combatê-las.

Construir lado a lado dignidade de existir, com essa criança que fomos nós, homens e mulheres negras, e que permanecem, precisando do acolhimento e afago, para se reconstruírem, rompendo com as limitações discriminatórias.

As diferentes comunidades que esta criança habita, seja ela a comunidade escolar, religiosa ou até mesmo do bairro em que reside, são importantes na construção educacional da identidade das nossas crianças, sendo assim, relevantes para a plenitude da infância, por vezes furtada pelo racismo.

Saber a sua real história, enxergar novas e boas perspectivas, ver-se enquanto representatividade e receber o afeto que sempre foi negado aos corpos negros no Brasil, é transgredir com as práticas racistas que oprimem, adoecem, desestimulam excluem e matam crianças negras no Brasil, com as suas projeções cruéis e negativas.

Construir novas narrativas para o negro através do ambiente familiar, remete ao conceito mais produtivo de negritude. Se o racismo tenta nos aniquilar cotidianamente, a negritude na família nos faz continuar vivendo, com convicções ancestrais. Existe toda uma história que por vezes só será contada em casa, e é isso que irá desconstruir e reconstruir um posicionamento de orgulho e autoafirmação, pois se por um lado o racismo posiciona a criança negra no lugar de exclusão e invisibilidade, por outro lado a luta e a negritude familiar a conduz para o lugar de protagonismo e resistência que a direciona a reconhecer que há um outro lugar, que não o da opressão para a criança negra.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio, **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.
- BHABHA, Homi. **O local da cultura**. tradução de Myriam Avila, Eliane Livia Reis, Glauce Gonçalves. Belo Horizonte, Editora UFMG, 1998.
- BENTO, Cida. **Pacto da branquitude**. São Paulo, Companhia das Letras, 2022.
- DJONGA. “Conversa com uma menina branca”. Disponível em: <https://www.letas.mus.br/djonga/conversa-com-uma-menina-branca/> Acesso em: 20 de nov. de 2023.
- GOMES, Nilma Lino. “Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo.” Revista Educação e pesquisa, v. 29, p. 167-182, 2003.
- GONZALEZ, Lélia e Hasenbalg, Carlos, **Lugar de negro**. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1983.
- HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. Tradução: Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora Martins Fontes. 2017.
- HOOKS, bell. **Intelectuais Negras**. Revista de Estudos Feministas, vol. 3, nº2, Florianópolis, 1995.
- MUNANGA, Kabengele. **Negritude: usos e sentidos**. Belo Horizonte: Autêntica. 2009
- MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. III Seminário Nacional Relações Raciais e Educação, 2003.
- NETO, Anselmo Santos; FREITAS, Arthur Felipe Lima. **Relações étnico-raciais na educação: como o racismo interfere no processo educativo**. Editora Realize, Maceió/ AL, 2022.
- ROCHA, Diniz, Gisele, “Vidas negras importam”! O racismo e seus impactos na educação básica. Anais do IV Simpósio Internacional Interdisciplinar em Cultura e Sociedade do PGCult, São Luís, p.35-56, 2022.
- RODRIGUES, Raimundo Nina. **As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil**. 3 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.
- RODRIGUES, Raimundo Nina. **Os africanos no Brasil Rio de Janeiro**: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.

SANTOS, Shirlene Almeida dos. **Nos traços da mulher: a menina negra na literatura infantil negro-brasileira.** Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens, PPGEL, UNEB, Salvador, 2016

WEST, Cornel. **O Dilema do intelectual negro.** Basic Civitas Books, 1999